

Empresa de  
Transmissão do  
Espírito Santo  
S.A. - ETES

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas e Diretores da  
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando



aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
		<b>23.633</b>	<b>20.556</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.027	948
Títulos e valores mobiliários	6	2.251	2.022
Contas a receber ativo financeiro	7	17.439	16.062
Outros ativos		1.916	1.524
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
		<b>73.532</b>	<b>74.374</b>
Contas a receber ativo financeiro	7	73.198	74.097
Depósitos judiciais		211	151
Imobilizado		123	126
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>97.165</b>	<b>94.930</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b><u>CIRCULANTE</u></b>			
		<b>7.111</b>	<b>7.658</b>
Empréstimos e financiamentos	8	3.938	3.915
Fornecedores		10	160
Impostos a recolher		583	257
Partes relacionadas - Dividendos	15.2	1.686	2.640
Encargos regulatórios		733	586
Outros passivos		161	100
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>			
		<b>25.730</b>	<b>28.365</b>
Empréstimos e financiamentos	8	16.319	19.967
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	8.678	7.768
Outros passivos		733	630
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
		<b>64.324</b>	<b>58.907</b>
Capital social	11.1	29.064	29.064
Reservas de lucros		29.060	29.843
Dividendos adicionais propostos		6.200	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>97.165</b>	<b>94.930</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	12	12.944	13.236
<b>CUSTO OPERACIONAIS</b>			
Custo dos serviços prestados		(1.184)	(1.619)
Custo de infraestrutura		(35)	(51)
		<u>(1.219)</u>	<u>(1.670)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<u>11.725</u>	<u>11.566</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Administrativas e gerais		(506)	(414)
Depreciação		(3)	(3)
Pessoal		(691)	(667)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(212)	(303)
		<u>(1.412)</u>	<u>(1.387)</u>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<u>10.313</u>	<u>10.179</u>
Despesas financeiras	13	(2.111)	(2.067)
Receitas financeiras	13	595	421
		<u>(1.516)</u>	<u>(1.646)</u>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<u>8.797</u>	<u>8.533</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(784)	(1.164)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(910)	(5.066)
		<u>(1.694)</u>	<u>(6.230)</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<u>7.103</u>	<u>2.303</u>
<b>Lucro líquido por ação</b>			
básico e diluído - R\$		<u>0,24439</u>	<u>0,07924</u>
<b>Quantidade de ações do capital - lotes de mil</b>		<u>29.064</u>	<u>29.064</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# **Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES**

## **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em milhares de reais)*

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.103</b>	<b>2.303</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>7.103</u></b>	<b><u>2.303</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>29.064</b>	<b>1.916</b>	-	<b>26.171</b>	<b>1.893</b>	-	<b>59.044</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.303	2.303	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	11.2	-	115	-	-	-	(115)	-	
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	985	-	(985)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(547)	(547)	
Distribuição dos dividendos adicionais propostos 2014		-	-	-	-	(1.893)	-	(1.893)	
Reserva de incentivos fiscais	11.2	-	-	656	-	-	(656)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>29.064</b>	<b>2.031</b>	<b>656</b>	<b>27.156</b>	-	-	<b>58.907</b>	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.103	7.103	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	11.2	-	355	-	-	-	(355)	-	
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	(2.027)	-	2.027	-	
Dividendos declarados	11.2	-	-	-	-	-	(1.686)	(1.686)	
Dividendos adicionais propostos	11.2	-	-	-	-	6.200	(6.200)	-	
Reserva de incentivos fiscais	11.2	-	-	889	-	-	(889)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>29.064</b>	<b>2.386</b>	<b>1.545</b>	<b>25.129</b>	<b>6.200</b>	-	<b>64.324</b>	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. - ETES

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.797	8.533
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>		
Variações monetárias e cambiais líquidas	1.986	2.011
Receita de aplicações financeiras	(267)	(251)
Descontos financeiros obtidos	(2)	(3)
Depreciação e amortização	3	3
	<b>10.517</b>	<b>10.293</b>
<b>Aumento no ativo</b>		
Contas a receber ativo financeiro	(478)	(1.882)
Outros ativos	(285)	(1.204)
	<b>(763)</b>	<b>(3.086)</b>
<b>(Aumento) redução no passivo</b>		
Fornecedores	(150)	154
Encargos regulatórios	90	31
Outros passivos	(488)	(79)
	<b>(548)</b>	<b>106</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>9.206</b>	<b>7.313</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	314	472
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(276)	(64)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>38</b>	<b>408</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamentos de dividendos	(2.640)	(3.013)
Pagamento de juros do financiamento	(1.632)	(1.843)
Amortização do financiamento	(3.893)	(3.869)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(8.165)</b>	<b>(8.725)</b>
<b>Aumento (redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.079</b>	<b>(1.004)</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo no início do exercício	948	1.952
Saldo no final do exercício	2.027	948
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.079</b>	<b>(1.004)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### 1 Informações gerais

A Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (“Companhia” ou “ETES”) foi constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/2007	30	2037	R\$ 14.308	IPCA

(\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 12 de dezembro de 2008, entrou em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação, em 3 de maio de 2009 a 1ª RBNI e em 6 de julho de 2010 a 2ª RBNI.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações contábeis em 14 de fevereiro de 2017.

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

## **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

## **3 Sumário das práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

### **3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

#### **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários**

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

#### **3.1.2 Contas a receber ativo financeiro**

A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

### **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### **3.1.4 Ativo financeiro de concessão**

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

### **3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão**

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

### **3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros**

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

## **3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

## **3.3 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

### **3.4 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.5 Tributação**

#### **3.5.1 Imposto sobre a receita**

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### **3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes**

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

#### **3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - Diferidos**

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

### **3.6 Taxas regulamentares**

#### **3.6.1 Reserva Global de Reversão**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da Receita Anual Permitida - RAP.

#### **3.6.2 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

#### **3.6.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

### **3.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

### **3.8 Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

### **3.9 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica**

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP.

#### **3.9.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura**

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

#### **3.9.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão**

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

#### **3.9.3 Receita de operação e manutenção**

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

#### **3.9.4 Receita de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

### 3.9.5 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## 4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

### 4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.	A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Numerário disponível	15	4
Certificados de depósitos bancários	2.012	944
	2.027	948



Os certificados de depósitos bancários possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, a 90% do CDI em 31 de dezembro de 2016, comparado a 85% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

## 6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 2.251 (R\$ 2.022 em 31 de dezembro de 2015), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 96,54% do CDI em 31 de dezembro de 2016 e 97,56% do CDI em 31 de dezembro de 2015.

## 7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) **Parte através da Receita Anual Permitida** - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

### Movimentação do ativo financeiro de concessão:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>89.119</b>
Receita de operação e manutenção (nota 12)	3.060
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	11.663
Receita de infraestrutura (nota 12)	51
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(13.734)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>90.159</b>
Receita de operação e manutenção (nota 12)	2.650
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	12.575
Receita de infraestrutura (nota 12)	35
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(14.782)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>90.637</b>
Contas a receber ativo financeiro - circulante	17.439
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	73.198
	<b>90.637</b>

## 8 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante					Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2016	31/12/2015	Principal	Custo a amortizar	31/12/2016	31/12/2015
BNDES (1)	15/09/2023	TJLP + 2,37% a.a	50	2.067	(4)	2.113	2.093	11.883	(23)	11.860	13.752
BNDES (2)	15/09/2023	TJLP + 2,38% a.a	7	286	-	293	286	1.644	-	1.644	1.876
BNDES (2)	15/10/2019	4,5% a.a	8	1.556	(32)	1.532	1.536	2.853	(38)	2.815	4.339
			<b>65</b>	<b>3.909</b>	<b>(36)</b>	<b>3.938</b>	<b>3.915</b>	<b>16.380</b>	<b>(61)</b>	<b>16.319</b>	<b>19.967</b>

- (1) O empréstimo do BNDES, firmado em 04 de maio de 2009, com liberação no dia 27 de maio de 2009, está sujeito a encargo da variação da TJLP, acrescido de 2,37% a.a, com vencimento em 15 de setembro de 2023, e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão.
- (2) O empréstimo junto ao BNDES, firmado em 29 de dezembro de 2009, teve seu crédito dividido em 2 (dois) subcréditos, sendo: “Subcrédito A” sujeito a incidência de juros de 2,38% ao ano acrescido da variação da TJLP, com vencimento em 15 de setembro de 2023, e “Subcrédito B” sobre o qual é incidido uma taxa de 4,50% ao ano, com vencimento em 15 de Outubro de 2019. Ambos os subcréditos foram liberados parcialmente no dia 27 de abril de 2010, com liberação concluída em 07 de maio de 2010, e estão sob as mesmas obrigações do contrato assinado previamente.

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida.

A Administração da mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

(b) Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES	3.583	3.975	2.353	2.353	2.353	1.763	16.380
BNDES - custo de captação	(34)	(11)	(4)	(4)	(4)	(4)	(61)
	<b>3.549</b>	<b>3.964</b>	<b>2.349</b>	<b>2.349</b>	<b>2.349</b>	<b>1.759</b>	<b>16.319</b>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

## 9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão. Até o exercício fiscal de 2014 a Companhia foi optante pelo regime de tributação lucro presumido e a partir do ano calendário de 2015 passou a optar pelo lucro real com o incentivo fiscal da SUDAM, correspondente à redução de imposto de renda equivalente a 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruição do benefício se dará nos próximos 9 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
<b>a) Base de cálculo</b>	<b>32.746</b>	<b>32.746</b>	<b>26.299</b>	<b>26.299</b>
Imposto diferido - base de cálculo (1)	19.648	32.746	20.037	26.299
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	13.098	-	6.262	-
Alíquota efetiva (1)	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6%	0%	6%	0%
Total tributo alíquota efetiva (1)	4.912	2.947	5.009	2.367
Total tributo alíquota incentivada	819	-	391	-
<b>Total IRPJ e CSLL diferido</b>	<b>5.731</b>	<b>2.947</b>	<b>5.401</b>	<b>2.367</b>
		7.859		7.376
		819		391
		<b>8.678</b>		<b>7.768</b>

(1) Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:

I - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;

II - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Presumido			Lucro Real	
	2014	Adições	2015	Adições	2016
Imposto de renda diferido	1.754	3.647	5.401	330	5.731
Contribuição social diferida	948	1.419	2.367	580	2.947
	<b>2.702</b>	<b>5.066</b>	<b>7.768</b>	<b>910</b>	<b>8.678</b>

## 10 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam de valor relevante.

## 11 Patrimônio líquido

### 11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 29.064, representados por 29.064.000 ações ordinárias nominativas.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
Alupar Investimentos S/A	29.063.999	100,00	29.063.999	100,00
Membros do Conselho da Administração	1	-	1	-
<b>Total das ações</b>	<b>29.064.000</b>	<b>100,00</b>	<b>29.064.000</b>	<b>100,00</b>

## 11.2 Reserva legal e destinação do resultado:

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 20% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>7.103</b>	<b>2.303</b>
Constituição de reserva legal (5%)	(355)	(115)
<b>Subtotal</b>	<b>6.748</b>	<b>2.188</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.686)	(547)
Dividendos adicionais propostos	(6.200)	-
Reserva de lucros	2.027	(985)
Reserva de incentivos fiscais	(889)	(656)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 12 Receita operacional líquida

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>15.260</b>	<b>14.774</b>
Receita de operação e manutenção	2.650	3.060
Remuneração do ativo de concessão	12.575	11.663
Receita de infraestrutura	35	51
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(2.316)</b>	<b>(1.538)</b>
Programa de Integração Social - PIS	(315)	(183)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.414)	(841)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(394)	(346)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(132)	(115)
Taxa de fiscalização	(61)	(53)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>12.944</b>	<b>13.236</b>

## 13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas financeiras</b>	<b>595</b>	<b>421</b>
Receita de aplicações financeiras	423	408
Descontos obtidos	2	3
Outros	170	10
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(2.111)</b>	<b>(2.067)</b>
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.900)	(1.877)
Atualização monetária	(86)	(151)
Outros	(125)	(39)
<b>Total líquido</b>	<b>(1.516)</b>	<b>(1.646)</b>

## 14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	lucro real		lucro real	
<b>a) Tributos correntes Lucro Real:</b>				
Lucro societário antes do IR e CS	8.797	8.797	8.533	8.533
(+) Adições/Exclusões	(3.828)	(3.828)	(4.712)	(4.712)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>4.969</b>	<b>4.969</b>	<b>3.821</b>	<b>3.821</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>(1.219)</b>	<b>(447)</b>	<b>(932)</b>	<b>(344)</b>
Lei Rouanet (-) 1%	8	-	-	-
Art. 69 Lei 12.973	18	7	(398)	(147)
Incentivo fiscal SUDANE	888	-	657	-
Ajuste de exercícios anteriores	(15)	(24)		
<b>Total dos tributos correntes - lucro real</b>	<b>(320)</b>	<b>(464)</b>	<b>(673)</b>	<b>(491)</b>

## 15 Partes relacionadas

### 15.1 Remuneração da alta Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 dezembro de 2015, a remuneração da alta administração foi de R\$ 212 e R\$ 303, respectivamente, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

### 15.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos no exercício findo de 31 de dezembro de 2016, descritos na nota explicativa 11.2, totalizando R\$ 1.686.

## 16 Instrumentos financeiros

### 16.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

## **16.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas, sendo as mesmas classificadas por meio de resultado.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como empréstimos e recebíveis e divulgadas pelo valor justo.

## **16.3 Hierarquia do valor justo**

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o contas a receber de ativo financeiro e aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em caixa e equivalentes de caixa.

## **16.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

### **16.4.1 Risco de crédito**

#### *a. Contas a receber de concessionárias e permissionárias*

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

### **16.4.2 Risco de liquidez**

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

**16.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

**16.4.4 Risco de taxas de juros**

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJPL.

**16.4.5 Risco de preço**

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

**17 Benefícios a empregados**

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte e vales refeições.

\* \* \*

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho  
Diretor Administrativo Financeiro

João Eduardo Greco Pinheiro  
Diretor Técnico

Lucilene Silva  
Contadora - CRC 289.421-O-1